

CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS
Procedimento por Ajuste Direto
Informação de abertura

Cabimentação	Despacho
<p>Preço Base: € <u>19.398,00 €</u></p> <p>Orçamento:</p> <p>Orgânica: <u>0102</u></p> <p>Económica: <u>020220</u></p> <p>Grandes Opções do Plano: <u>07.006.2023/109.4</u></p> <p><u>03 / 05 / 2021</u> Repartição Financeira O Responsável, <u>[assinatura]</u></p>	<p>Aprovo a abertura do procedimento nos termos propostos na presente informação.</p> <p><u>03 / 05 / 2021</u> O Presidente da Câmara, <u>[assinatura]</u></p>

Objeto: Aquisição de serviços para a “constituição de faixas de gestão de combustível na rede de estradas e caminhos municipais e aglomerado populacional da Ferraria de São João”

Ref:

Data: 2021.04.30

(As normas indicadas são do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações do Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual.)

1. Preço base ou valor estimado do contrato e fundamentação (artºs 47º e 17º, nº 7)

€ 18.300,00 (dezoito mil e trezentos euros).

A estimativa do preço teve por base o custo médio praticado em prestações do mesmo tipo.

2. Consulta Preliminar (artº 35º-A)

Não foi efetuada consulta preliminar ao mercado.

3. Justificação da aquisição apresentada pelo serviço requisitante (artº 36º, nº 1)

Absoluta necessidade de executar a constituição de faixas de gestão de combustível em substituição do proprietário em incumprimento e cumprir com o estipulado na legislação em vigor no que se refere a proteção de pessoas e bens.

4. Fundamento para a escolha do procedimento (artºs 38º, 20º e 24º)

Em cumprimento do disposto no artigo 38º, conjugado com o artigo 20º, nº 1, al. d) do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação do Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação em vigor (CCP), propõe-se a escolha do procedimento por Ajuste Direto em virtude de o preço base ser inferior a 20.000,00 €.

5. Órgão competente para a decisão de contratar, aprovar a despesa e a minuta do contrato (artº 18º DL 197/99 e artº 36º)

De acordo com o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, conjugado com o artigo 36º do CCP, a competência para decidir contratar e autorizar a despesa é do Presidente da Câmara Municipal.

6. Classificação CPV (anexo VIII a anexo XI do CCP)

77231000-8/ Serviços de gestão florestal

7. Prazo de execução (em dias seguidos) (artº 129º)

60 dias

8. Características da prestação (artº 42º)

Definidas no caderno de encargos.

9. Prazo de entrega das propostas (artº 63º)

As propostas deverão ser submetidas até ao final do prazo indicado no convite publicado na plataforma eletrónica Acingov.

10. Critério de adjudicação (artº 74º e 115º, nº 2)

Preço.

11. Caução (artº 88º)

Não é exigível a prestação de caução, ao abrigo do disposto no artigo 88º, nº 2, alínea a) do CCP

12. Contrato (artº 94º e ss.)

O contrato será reduzido a escrito, em cumprimento do disposto no artigo 94.º do CCP, e reger-se-á pelo disposto nos artigos 95.º a 106.º do referido diploma legal.

13. Entidades a convidar (artº 113º e ss)

Designação	NIPC	e-mail
AGRO-FAG, LDA	514945516	

14. Gestor do Contrato (artº 290º-A)

Propõe-se a designação de Maria Manuela Simões Ferraz como gestor do contrato (artigo 290º-A, nº 1, do CCP);

Propõe-se, ainda, nos termos do nº 4 do artigo 290º-A do CCP, que seja delegada no Gestor do Contrato a competência para:

- Acompanhar e validar o cumprimento das obrigações contratuais pelo cocontratante;
- Conferir e validar as faturas;
- Propor a aplicação de sanções em caso de incumprimento das obrigações contratuais.

15. Verificação do artigo 113º do CCP

Nenhuma das entidades convidadas celebrou contratos com o Município cujo preço contratual acumulado seja igual ou superior aos limites referidos na alínea c) do artigo 20º do CCP

16. Constituição do Júri (artº 67º)

Não aplicável.

17. Projeto ou programa financiado por fundos comunitários? (designação e número do projeto ou programa)

Não

18. Verificação do nº 1 do artigo 63º da Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro (LOE 2019)

Não aplicável.

19. Verificação do nº 6 do artigo 63º da Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro (LOE 2019)

Não aplicável.

20. Verificação do nº 7 do artigo 63º da Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro (LOE 2019)

Não aplicável.

21. Proposta

Face ao exposto coloca-se à consideração do órgão competente para a decisão de contratar:

- a) Autorização de abertura do procedimento, com a designação e o preço base; (artº 36º)
- b) Aprovação da constituição do Júri (quando aplicável);
- c) Aprovação do convite à entidade ou entidades acima melhor identificadas;
- d) A nomeação do gestor do Contrato e delegação de poderes de acordo com o melhor referido no número 13;

À consideração superior,

Serviço requisitante:

Gabinete Municipal de Proteção Civil, Florestas e Desenvolvimento Rural

A Técnica Superior,



Maria Manuela Simões Ferraz